

REQUERIMENTO N.º , DE 2003
(Do Sr. Cláudio Magrão)

Solicita seja convocada Audiência Pública a fim de discutir a aplicação do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo.

Senhor Presidente,

Requeremos à Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno que, ouvido o Plenário, se digne de adotar as providências necessárias à realização de audiência pública no plenário desta comissão a fim de discutir a aplicação do Plano Nacional de Combate ao Trabalho Escravo em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família e a Comissão de Direitos Humanos.

Sugerimos que sejam convidados representantes das entidades relacionadas abaixo:

- 1.Ministério do Trabalho e Emprego.
- 2.Ministério da Saúde.
- 3.Ministério Público do Trabalho.
- 4.Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Sala da Comissão, em de de 2003.

Deputado Cláudio Magrão
PPS/SP

Justificação

O desemprego ainda é um dos principais problemas para a maior parte da população brasileira, conforme apontam recorrentes pesquisas de opinião pública.

O Governo anterior tratava o desemprego como um “mal necessário”, resultado da incapacidade dos próprios desempregados em conviver com o novo modelo econômico neoliberal. Ou seja, aqueles trabalhadores que por não terem estudos necessários para competir no mercado de trabalho, eram responsabilizados por sua situação de desemprego.

O desempregado tornou-se, portanto, passível de fazer qualquer coisa para poder sobreviver, menos contestar o germe gerador da situação de desemprego. Agravaram-se, desta forma, formas contemporâneas de escravidão no nosso país caracterizadas por: servidão por dívida, trabalho infantil, tráfico de pessoas, tráfico de órgãos, exploração sexual, entre outras.

A saúde e a doença são processos dinâmicos, estreitamente articulados com os modos de desenvolvimento produtivo da humanidade. Parte do princípio de que a forma de inserção das pessoas nos espaços de trabalho contribui decisivamente para formas específicas de adoecer e morrer. O fundamento de suas ações é a articulação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial.

Cada ministério, dentro das especificidades que lhes são inerentes, precisam, portanto, desenvolver esforços, com a participação do Legislativo e do Judiciário no sentido de articular e racionalizar a atuação de distintos setores.

O modelo econômico desenvolvido nos últimos anos no nosso país produz o desemprego, gerando exclusão social de grandes proporções. E não há alternativa de enfrentamento decente quando o desemprego resulta de uma opção política.

Nesse caso, a saída para o desemprego e para o combate às formas contemporâneas de escravidão não pode ser encontrada na economia, mas na política. Apenas desta forma poderemos constituir o antídoto à esta situação motivo pelo qual submetemos à avaliação dos ilustres pares a pertinência da realização desta audiência pública.